



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS



Nota técnica 002/2024
Grupo de Trabalho – IBio Sustentabilidade

O DISCURSO E A PRÁTICA
SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DO PLANO RIO GRANDE

Grupo de Trabalho – IBio Sustentabilidade

Porto Alegre, 24 de junho de 2024

O Discurso e a Prática

O negacionismo das evidências científicas pode ser constatado de duas maneiras - nas palavras ou nas ações.

Após as calamitosas inundações e enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul em maio de 2024, a promessa de um futuro sustentável e a necessidade urgente de enfrentar a crise climática baseada no conhecimento científico sobre a proteção dos ecossistemas naturais têm sido temas recorrentes nos discursos políticos, tanto em nível nacional quanto estadual. Quando nos deparamos com as ações, entretanto, verificamos que se trata apenas de retórica.

O descompasso entre o discurso e a prática é evidente ao analisarmos a composição do Conselho do Plano Rio Grande, criado pelo governo para liderar a reconstrução do estado do Rio Grande do Sul. Há uma lacuna significativa de representantes da área ambiental em todos os níveis, incluindo ONGs, cientistas e até mesmo o Conselho Profissional que regulamenta a atividade dos Biólogos, profissionais que justamente analisam questões ambientais. Foram convidados empresários, mas não foram incluídos pesquisadores que poderiam contribuir com soluções baseadas em evidências científicas. Esse descompasso entre o discurso e a prática evidencia uma falha estrutural que compromete a integridade e a eficácia das políticas públicas destinadas à reconstrução e à efetiva implementação de medidas que reduzam os impactos de novos eventos climáticos extremos no Rio Grande do Sul.

A falta de representatividade da área ambiental nesse conselho não é apenas uma questão simbólica; trata-se de uma omissão que pode ter consequências práticas severas. Sem a participação de profissionais com conhecimento aprofundado em meio ambiente, restauração ecológica e soluções baseadas na natureza para resistir e enfrentar os eventos climáticos extremos que serão cada vez mais frequentes, as decisões tomadas pelo Conselho do Plano Rio Grande podem ignorar ou subestimar os impactos ambientais das políticas de reconstrução. Algumas ações envolvendo mais modificações da natureza em larga escala podem inclusive gerar novos impactos. Isso pode resultar em ações que, a longo prazo, agravem os problemas do Rio Grande do Sul, ao invés de solucioná-los.

É fundamental questionar quais interesses estão sendo priorizados quando a área ambiental é deixada de fora das discussões e decisões centrais. A reconstrução do Estado deve ser uma oportunidade para redefinir prioridades e implementar um modelo socioeconômico que seja verdadeiramente sustentável em todos os níveis. Para isso, é imprescindível que o Conselho do Plano Rio Grande inclua vozes que compreendam profundamente os desafios e as soluções baseadas na natureza, as únicas capazes de criar resiliência social e ambiental diante de um cenário de mudanças climáticas globais causadas, fundamentalmente, pelas atividades humanas.

A incongruência entre o discurso e a prática também coloca em xeque a credibilidade das lideranças políticas. A sociedade civil e os movimentos ambientalistas têm-se mobilizado cada vez mais, exigindo transparência e responsabilidade nas ações governamentais. Ignorar a importância da representatividade ambiental enfraquece claramente a confiança pública nas instituições.

As políticas de reconstrução devem integrar de maneira equilibrada os aspectos sociais, ambientais, econômicos e culturais, promovendo verdadeiramente a sustentabilidade e a inclusão. A defesa do meio ambiente é a defesa das pessoas e não pode permanecer apenas nas palavras. É necessário agir de acordo com os princípios proclamados, incorporando o conhecimento e a visão ambiental nas decisões estratégicas. Isso implica por definição ter uma representação significativa de atores que efetivamente atuam na área ambiental. Só assim poderemos assegurar que a reconstrução do estado não desperdice os recursos bilionários disponíveis e comprometa as condições necessárias para a sobrevivência da atual e das futuras gerações. Não colocar na agenda o enfrentamento da crise climática considerando as soluções baseadas na natureza como tema prioritário e transversal significa comprometer, a longo prazo, todas as outras agendas